



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 144/2024- PROJUR

Parecer oriundo do Setor de Licitações referente à impugnação protocolada pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, referente ao Processo de Licitação nº 181/2024-PMS. Pregão Eletrônico nº 55/2024-PMS. Contratação nº 902232024.

1) SÍNTESE DOS FATOS

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho nº 1 do Protocolo nº 7.185/2024, solicita análise da impugnação ao edital de licitação, apresentada pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, referente ao Processo nº 181/2024, Pregão Eletrônico nº 55/2024, cujo objeto é “contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados de forma contínua de cozinheiro(a), a serem executados nas unidades escolares municipais”.

Vislumbra-se que a empresa apresenta impugnação ao fato do edital de licitação não trazer as seguintes exigências em relação a habilitação das empresas:

- a) Exigência do Balanço dos Dois Últimos Exercícios Financeiros;
- b) Exigência de Relação de Compromissos Assumidos;
- c) Exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) de 16,66% do Valor Estimado da Contratação;
- d) Exigência de Registro da Empresa no Conselho Regional de Nutrição (CRN).

Para tanto requer a retificação do edital para incluir as exigências supramencionadas.

É breve o relatório.

2) DO PARECER

Primeiramente cabe ressaltar que as contratações públicas devem ser processadas e julgadas em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da competitividade, da economicidade e dos que lhe são correlatos.

Dito isto, passamos à análise do requerido pela empresa.

2.1. Da Inclusão da Exigência do Balanço dos Dois Últimos Exercícios Financeiros

A empresa impugnante menciona que a exigência de balanços dos dois últimos



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

exercícios é imprescindível para fornecer uma visão clara e realista da saúde financeira do licitante. Isso permite verificar a solidez e continuidade financeira, garantindo que a empresa tenha condições de honrar compromissos assumidos ao longo do contrato, conforme os princípios de eficiência e jurídica na contratação.

Cabe ressaltar que tal exigência decorre de lei, conforme determina o artigo nº 69, da lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Ademais, na minuta padrão de edital do Município de Schroeder consta a exigência de apresentação dos 2 últimos exercícios, entretanto, por um equívoco no presente edital ficou solicitando apenas demonstrações contábeis do último exercício social.

Desta forma, sugere-se pela retificação do edital de licitação, neste ponto, para que seja exigido a demonstração contábeis dos 2 últimos exercícios financeiros.

2.2. Da Exigência de Relação de Compromissos Assumidos

A empresa requer a inclusão da exigência da relação de compromissos assumidos, visto que, a listagem de compromissos serve para garantir que os fornecedores terão condições operacionais para cumprir com o contrato, assegurando que o interesse público será adequadamente atendido.

Contudo, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos faz menção a relação de compromissos assumidos no parágrafo 8º do artigo 67, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

§ 8º **Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do **caput** deste artigo. (grifo nosso).

[...]

Importante analisar que a letra da lei traz que será “**admitida**” e não que será exigida a relação de compromissos assumidos pelo licitante.

Contudo, entende-se que não compete à Administração Pública interferir sobre a organização empresarial do contratado. É natural que empresas assumam múltiplos compromissos que exijam a disponibilidade de seu pessoal técnico.

Desta forma, acredita ser mais eficiente exigir o adequado cumprimento das obrigações



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

contratuais no âmbito do próprio contrato, do que correr o risco de afastar um licitante por evento incerto.

Sendo assim, sugere-se por não incluir a exigência de relação de compromissos assumidos no presente edital.

2.3. Da Exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) de 16,66% do Valor Estimado da Contratação

Relata a impugnante que o percentual de 16,66% para o CCL é frequentemente aplicado em contratações de serviços contínuos e representa uma prática recomendada, especialmente para licitações com cessão de mão de obra.

Entretanto, cabe ressaltar que o presente edital faz exigência de que o patrimônio líquido da licitante deverá corresponder à 10% do valor da contratação, o que está de acordo com o que determina o parágrafo 4º do artigo 69 da Lei 14.133/2021.

Há de se considerar que a previsão legal já se mostra suficiente não havendo necessidade desta administração majorar as exigências de demonstração de capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, pois uma vez que as mesmas já são obrigadas a comprovar os índices nos patamares exigidos bem como o Patrimônio Líquido no montante especificado.

Assim, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei.

Portanto, dispensável a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) para a licitação em comento, eis que o edital da licitação já contempla exigência de índices que demonstram a saúde financeira das empresas licitantes.

Desta forma sugere-se pelo indeferimento da solicitação de inclusão no edital acerca da exigência, para fins de habilitação econômico-financeira, de capital circulante líquido de no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, demandando elevada liquidez das licitantes, podendo restringir indevidamente a participação de interessados no certame.

2.4. Exigência de Registro da Empresa no Conselho Regional de Nutrição (CRN)

A exigência de registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) para empresas que prestam serviços terceirizados de cozinheiro(a) atende à necessidade de garantir a conformidade legal e a capacidade técnica dos licitantes. Embora a Lei nº 14.133/2021 não mencione especificamente o registro em conselhos profissionais, sua aplicação em licitações de serviços nas áreas da alimentação e nutrição humana, o que inclui o CRN, assegura que a empresa opere em conformidade com os requisitos legais e éticos do setor.

Em relação ao Registro no Conselho Regional de Nutrição – CRN, entende-se que tal exigência não é cabível visto que a atividade a ser realizada pelos profissionais terceirizados



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

não se trata de fabricação de alimentos, ademais esses profissionais serão supervisionados pelos nutricionistas servidores do município, os quais possuem registro junto ao Conselho Regional de Nutrição.

Nesse sentido tem-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO. RESTAURANTE, BARES E SIMILARES. REGISTRO E EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO. NÃO OBRIGATORIEDADE.

PRECEDENTES 1. A jurisprudência desta Corte é pacífica não obrigatoriedade tanto do registro de restaurantes no Conselho Regional de Nutrição quanto da exigência da presença de profissional técnico (nutricionista), uma vez que a atividade básica desses estabelecimentos não se trata de "fabricação de alimentos destinados ao consumo humano" (art. 18 do Decreto n. 84.444/80) nem se aproxima do conceito de saúde trazido pela legislação.

Precedentes: AgRg no REsp 1.511.689/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/8/2015, REsp 1.330.279/BA, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 10/12/2014.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1441874/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 23/05/2017).

Corroborando com esse entendimento podemos citar parte do Acórdão nº 1034/2012-PLENÁRIO, do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Quanto à possível restrição do universo de potenciais licitantes, em razão da exigência de registro no Conselho Regional de Nutricionistas do Estado de São Paulo (subitem 9.1.4.3 no Edital do Pregão Presencial 04/2011), é sabido que há farta jurisprudência, envolvendo inclusive os próprios Conselhos Regionais de Nutrição, no sentido de que tal imposição restringe indevidamente a competição quando não figura, no âmbito de competência dessas entidades, a fiscalização da atividade básica do objeto da licitação. A exigência, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - MTb, deve restringir-se aos responsáveis técnicos (Acórdãos nº 2.521/2003 e 1.239/2010-TCU-2ª Câmara e Acórdão 43/2008-TCU-Plenário).

Deste modo, sugere-se por não incluir a exigência de Registro da Empresa no Conselho Regional de Nutrição (CRN).

3) CONCLUSÃO

Diante da fundamentação apresentada, esta Procuradoria **SUGERE** pelo **PARCIAL DEFERIMENTO** da impugnação protocolada pela empresa **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, incluindo a exigência de apresentação do Balanço dos Dois Últimos Exercícios Financeiros no edital da presente licitação, contudo, em relação aos demais pedidos **SUGERE-SE** pelo **INDEFERIMENTO**.

Ainda, **SUGERE-SE** que seja publicada nova data para apresentação das propostas e lances, nos termos do §1º, do artigo 55, da Lei 14.133/2021.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

É o parecer.

Schroeder (SC), 27 de novembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105